



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

EDITAL Nº 30/2026/DETRAN-CPLMS

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026/DETRAN-RO
AMPLA CONCORRÊNCIA
(Processo Administrativo nº 0010.020100/2025-08)

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 17/06/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio http://www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 926002		Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 12/06/2026.	
Objeto: Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A do DataCenter, para atendimento as necessidades Técnico-administrativas do DETRAN/RO.			
Valor Estimado da Contratação (Global): R\$ 84.744,18 (oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos)			
Registro de Preços? Não	Vistoria: Não	Instrumento Contratual: termo de contrato	
Forma de Adjudicação: Menor Preço por item	Modo de disputa: aberto	Intervalo mínimo entre lances: 1%	
Licitação Exclusiva ME/EPP? Não	Reserva Cota ME/EPP? Não	Exige amostra/demonstração? Não	
Planilha de custos e formação de preços: Não			
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos de habilitação/complementares: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens			
E-mail para contato: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com			



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026/DETRAN-RO
CONCORRÊNCIA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(Processo Administrativo nº 0010.020100/2025-08)

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o (a) Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, por intermédio de seu PREGOEIRO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa “**ABERTO**”, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus **ANEXOS** nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Estadual 21.675/2017 e Decreto Estadual 28.874/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, tendo como interessada a Gerência de Rede de Dados - DETRAN-GERDAD.

1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.comprasnet.gov.br>.

1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a)

Pregoeiro(a) em contrário.

1.5. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

1.6. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, no Departamento Estadual de Trânsito, sito a Rua Dr. José Adelino, 4477 – Costa e Silva, em Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592, e-mail para contato: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com.

2. OBJETO

2.1. **Objeto:** Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A do DataCenter, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

2.1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal do Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.2. **Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas.

2.3. **Da garantia contratual:** Não serão exigidas Garantias Contratuais, uma vez que o objeto não apresenta grande complexidade, conforme item 23 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas.

2.4. **Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 10 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5. **Prazo para assinatura do contrato:** A Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a assinatura do Contrato, conforme item 19.14.1. do Termo de Referência.

2.6. **Do reajuste contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 19.15 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.7. **Do prazo, local e condições:** Ficam aquelas estabelecidas no item 9 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.8. **Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 26 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.9. **Da fiscalização e acompanhamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2023, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: cpl@detran.ro.gov.br e/ou cpldetranro@gmail.com, sendo certo que deverá ser confirmado o recebimento pelo Pregoeiro ou, ainda, poderá ser protocolado junto a Sede deste DETRAN/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Rua Dr. José Adelino, n.º. 4.447 – Bairro Costa e Silva, na cidade de Porto Velho/RO – CEP: 76.803-592.

3.1.2. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www3.comprasnet.gov.br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.3.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.3.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.3.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.6. Fica vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio conforme disposição constante no item 7.1 do Anexo I - Termo de Referência.

4.3.7. Fica vedada a participação de cooperativa no presente certame, dada a complexidade de governança interna das cooperativas.

5. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

6.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema compras.gov.br não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta, que somente será pública após a fase de lances.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. As propostas terão validade mínima de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1%.

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.

7.7.1. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

7.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.9. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

7.10. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.10.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.10.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.10.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.10.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.10.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.10.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.10.2.2. empresas brasileiras;

7.10.1.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.10.1.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.2.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. O (a) Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.3.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5.1. Em caso de aparente inexecuibilidade, caberá a Licitante apresentar planilha de composição de custo, contrato anterior, nota de empenho e/ou notas fiscais que comprove a exequibilidade.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. contiver vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.5. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.9. Ressalvados os documentos passíveis de verificação conforme item 9.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, **no prazo de 2 (duas) horas** contado da solicitação do pregoeiro, para fins de habilitação:

9.10. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.10.2. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.10.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.10.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência, Reabilitados da Previdência Social e aprendiz ([Link Certidões](#)), conforme RECOMENDAÇÃO Nº 6613.2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO.

9.11. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.11.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

9.11.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

9.11.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.11.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

9.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.12.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no [item 18.4. e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#).

9.13. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.13.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no [item 18.2. e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#).

9.14. DAS DECLARAÇÕES:

9.14.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.14.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência aprendiz e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.14.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.14.4. Da Declaração do atesto de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, o que deve ser providenciado, ante a obrigação do [art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021](#), ficam aquelas estabelecidas no [subitem 18.5.3 do Anexo I – Termo de Referência](#).

10. DO RECURSO

10.1. Conforme disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#), caberá recurso em face de:

I- Julgamento das propostas;

II- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III- Anulação ou revogação da licitação;

10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso:

I – O prazo para manifestação é de no mínimo 10 (dez) minutos;

I I- Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

III- A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.3. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

10.3.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o [§ 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21](#).

10.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

10.8. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata esta Instrução Normativa por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 27 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento, conforme estabelecido no item 13 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no site <https://consulta.detran.ro.gov.br/>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: <https://consulta.detran.ro.gov.br/> e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

15.12. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

16. DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, que serão juntados no sistema compras.gov, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência (71743261);

ANEXO II - Quadro Estimativo de Preços (69319784);

ANEXO III - Carta Proposta (69892463)

ANEXO IV - Dados do representante (69892492);

ANEXO V - Mapa de Riscos (0064799646).

ANEXO VI - Minuta de contrato (71920482).

Fábio José de Oliveira Monteiro

Pregoeiro

DETRAN/RO



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 25/05/2026, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 25/05/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72608593** e o código CRC **B0E039B0**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO

UNIDADES ADMINISTRATIVA: Coordenadoria de Tecnologia da Informação - DETRAN-CT

UNIDADES SOLICITANTES: Gerência de Rede de Dados - DETRAN-GERDAD

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. O presente Termo de Referência visa trazer a definição do objeto e elementos necessários e essenciais à sua perfeita contratação e execução, e tem a finalidade de instruir procedimento licitatório a ser deflagrado para **contratação de empresa especializada em Serviço de Suporte, Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva em Regime 24x7 para 02 Micro DataCenter.**

2.2. A demanda está formalizada no Documento de Oficialização de Demanda nº 202 (**ID 71743045**), e visa atender às necessidades da **Coordenadoria de Tecnologia da Informação.**

2.3. A presente contratação de pessoa jurídica fundamenta-se nas normas legais e regulamentares que regem as contratações públicas, notadamente na Constituição Federal, na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 28.874/2024 e nas demais instruções normativas e atos administrativos aplicáveis, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes. A indicação dos dispositivos acima tem caráter exemplificativo, devendo o processo observar integralmente a legislação vigente e as normas de controle interno e externo:

- I - **Lei Federal nº 14.133/2021** – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente os artigos 6º, incisos XXIII e XLI, e artigo 47;
- II - **Decreto Estadual nº 28.874/2024** – Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com base na Lei nº 14.133/2021;
- III - **Lei Complementar nº 123/2006** – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, assegurando tratamento diferenciado e favorecido às MPes nas contratações públicas;
- IV - **Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal** – Estabelece o princípio da obrigatoriedade de licitação para contratação com o poder público.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO, DOS QUANTITATIVOS

3.1. Do Objeto

3.1.1. Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A do DataCenter, para atendimento as necessidades Técnico-administrativas deste DETRAN/RO.

3.2. Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Serviço de Suporte, Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva em Regime 24x7 para 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A.	Mês	06

3.2.1. Todas as especificações técnicas para Serviço de Suporte, Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva em Regime 24x7 para 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A, encontram-se discriminadas no **Anexo I** deste Termo de Referência.

3.3. Do Objetivo

3.4. Continuidade do Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A do DataCenter deste DETRAN/RO, a qual fora concluída contratualmente e esta sem seu término de execução estendida pelo fabricante. Tal serviço trata-se da manutenção de funcionamento dos equipamentos que a mais 09 anos armazena e acomoda todos os equipamentos que compõem o ambiente completo de Data Center do DETRAN/RO.

3.5. É indispensável a contratação de tal serviço, tendo em vista que esta em andamento o procedimento de aquisição dos Novos Data Bunkers, sendo aproveitado parte dos equipamentos dos atuais, o qual estima-se entre contratação e entrega/instalação, aproximadamente 06 (seis) meses, que estariam descobertos de garantia, deixando o ambiente atual sem suporte e sobre risco de paradas abruptas ou danos materiais aos equipamentos e por consequente, interrompendo todo os serviços prestados a sociedade.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os serviços enquadram-se na **classificação de comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021**, visto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.

4.2. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público, entendimento que encontra amparo nos Acórdãos do TCU nº 313/2004 – Plenário e nº 2.594/2005 – Primeira Câmara e também adotado em contratações similares celebradas por outros órgãos da Administração Pública.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, DO QUANTITATIVO

5.1. Do Interesse Público (Situação Atual)

5.1.1. Visão geral

5.1.1.1. Trata-se de projeto destinado à continuidade e manutenção da infraestrutura física que abriga os equipamentos críticos do Data Center do DETRAN-RO. A infraestrutura em questão é composta por 02 (duas) unidades Data Bunker 44US TIER4, modelo DB44A, em operação há mais de 09 (nove) anos, as quais já atingiram o limite da garantia fornecida pelo fabricante, conforme comunicação formal recebida. Em razão do caráter crítico dos ativos ali alojados, justifica-se a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com vistas a preservar a operacionalidade, a segurança física e a disponibilidade dos serviços essenciais do órgão.

5.1.2. Situação técnica e necessidade de atualização

5.1.2.1. Os micro Data Centers atualmente instalados demandam atualização técnica e, em parte, expansão física e funcional para atender ao crescimento da demanda computacional do DETRAN-RO. Essa necessidade decorre, entre outros fatores, da aquisição prevista de novos servidores e storages — em fase final de estudo técnico (Processo nº 0010.005926/2025-39) — que exigirá maior capacidade, flexibilidade e segmentação dos Centros de Processamento. A contratação proposta deverá, portanto, contemplar intervenções que garantam compatibilidade, segurança e continuidade operacional durante as atividades de atualização e ampliação.

5.1.3. Impacto sobre a continuidade dos serviços públicos

5.1.3.1. A continuidade do portfólio de serviços do DETRAN-RO depende diretamente da disponibilidade das informações armazenadas e processadas no Data Center. A indisponibilidade das aplicações ou a perda de dados implicaria não apenas prejuízos econômicos, mas também impacto negativo à imagem institucional e à prestação de serviços ao cidadão. Dada a capilaridade do atendimento do DETRAN-RO — por meio de Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANs) e postos avançados em todo o Estado — a indisponibilidade de sistemas críticos comprometeria serviços essenciais como registro de veículos e habilitação de condutores.

5.1.4. Riscos identificados

- a) **Risco de falha por fim de garantia:** equipamentos com garantia expirada apresentam maior probabilidade de falhas e custos elevados de reparo emergencial.
- b) **Risco de indisponibilidade:** falhas na infraestrutura física podem causar interrupção de serviços, perda de dados e necessidade de recuperação emergencial.

- c) **Risco reputacional e operacional:** paralisações impactam diretamente o atendimento ao cidadão e a confiança na administração pública.
- d) **Risco de incompatibilidade durante expansão:** sem manutenção e avaliação técnica, a integração de novos servidores e storages pode gerar incompatibilidades e degradação de desempenho.

5.1.5. Justificativa da contratação

5.1.5.1. A contratação de manutenção preventiva e corretiva dos Data Bunkers é medida imprescindível para:

- a) Preservar a disponibilidade dos serviços de TI e a continuidade das operações do DETRAN-RO;
- b) Mitigar riscos de falhas catastróficas e reduzir a probabilidade de perda de dados;
- c) Proteger o investimento em ativos de hardware e software já instalados;
- d) Assegurar a conformidade com padrões de segurança física e requisitos de alta disponibilidade internacionalmente reconhecidos;
- e) Garantir suporte técnico qualificado para intervenções emergenciais e programadas, bem como para a execução de retrofit e adaptações necessárias à expansão.

5.1.6. Objetivos da contratação

- a) Executar manutenção preventiva periódica e atendimento corretivo 24x7;
- b) Realizar diagnósticos, testes e substituições de componentes conforme necessidade e laudo técnico;
- c) Fornecer relatórios técnicos periódicos com recomendações e plano de ação;
- d) Assegurar compatibilidade e segurança durante a atualização e expansão dos micro Data Centers;
- e) Minimizar o risco de indisponibilidade e preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações institucionais.

5.2. Diante do exposto, a contratação ora proposta reveste-se de caráter estratégico e de interesse público, sendo essencial para a continuidade dos serviços prestados pelo DETRAN-RO, para a proteção dos ativos de informação e para a mitigação de riscos operacionais e reputacionais. Recomenda-se que o Termo de Referência contemple, de forma detalhada, o plano de manutenção, os SLAs de atendimento corretivo, os critérios para avaliação de retrofit e aproveitamento de componentes, bem como as garantias e mecanismos de fiscalização técnica necessários ao cumprimento dos objetivos aqui delineados.

5.3. Da Necessidade

5.3.1. A contratação tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos 02 (dois) Data Bunkers 44US TIER4, modelo DB44A, instalados no Data Center do DETRAN/RO, conforme especificações técnicas e condições constantes neste ETP.

5.3.2. A medida justifica-se pela imprescindibilidade de manutenção da infraestrutura crítica do órgão, visando garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações e a continuidade dos serviços públicos.

5.3.3. Estima-se prazo de até 06 (seis) meses para eventual entrega/instalação de equipamentos novos, razão pela qual o contrato de manutenção deverá vigorar por período equivalente, podendo ser interrompido antecipadamente em caso de entrega antecipada ou prorrogado em razão de atrasos alheios às partes, mediante formalização contratual.

5.3.4. Admite-se a execução de retrofit e o aproveitamento parcial de gabinetes e nobreaks existentes, desde que comprovada tecnicamente a compatibilidade e segurança por meio de laudo técnico prévio.

5.3.5. Os ativos a serem mantidos e que poderão ser objeto de aproveitamento são: Nobreak UPS DELTA 10 kVA (Modelo ATERIA VRLA 12V09AH, 42 baterias) e Gabinete D2TECH Data Bunker 44US TIER4 (Modelo DB44A).

5.3.6. A contratada deverá apresentar plano de manutenção, cronograma de inspeções, procedimentos de atendimento emergencial 24x7, e relatórios periódicos de execução, bem como garantir a substituição de componentes defeituosos por peças compatíveis e certificadas.

5.4. Da Renovação e Prazos do Serviço de Manutenção

Cabe informar que durante 05 (cinco) anos fora realizado o Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva (P.A. 0010.421497/2019-03), o qual teve seu término no dia 15/04/2025. Ocorre que desde janeiro de 2025, esta equipe tem realizado contato direto com a Fabricante e única autorizada a manutenção no equipamento adquirido, seja por assegurar a continuidade da garantia do fabricante a época ou seja pela inexistência de empresa com expertise e conhecimento técnico acerca do equipamento em questão. Cabendo ainda informar que a própria fabricante informou que em todo este período desde a aquisição (aproximadamente 09 anos) nunca fora realizada transferência de tecnologia ou conhecimento dos procedimentos a nenhuma outra empresa ou equipe, ou seja, a fabricante é a única capaz de prestar o serviço no equipamento legado existente, portanto, consultada diretamente.

Ocorre que desde Janeiro, a mesma informará da impossibilidade de continuidade no Serviço em questão, devido ao equipamento adquirido pelo DETRAN/RO ser um equipamento legado, ou seja, com versão superior e não fabricado mais. O que financeiramente para a Fabricante não torna-se viável nas condições atuais (Prazos de Atendimento), devido a questões de logística de fabricação e entrega de peças para os mesmos.

Sendo realizada pesquisa interna com equipe Senior da mesma, acerca da possibilidade de continuidade do Serviço até a aquisição em andamento ser concluída, o que por sua vez, apenas em Junho nos fora informado dada a complexidade para calculo e baixa disponibilidade do corpo técnico com conhecimento nos equipamentos legado em questão, vide Email (ID 0061379056), motivo pelo qual existe tal lapso entre o vencimento e a contratação atual, sendo mantida a operação nos ultimos meses com acompanhamento da fabricante, de forma solidária dada ao atraso da mesma na resposta da continuidade ao Serviço de Manutenção Preventiva/Corretiva no Equipamento Legado, até a aquisição de novos equipamentos equivalentes.

Por fim, cabe informar que estima-se aproximadamente 06 (seis) meses ate a entrega dos equipamentos, contando com a etapa de contratação e de entrega/instalação, o que por sua vez motiva este serviço pelo mesmo período, devendo ser prevista a interrupção contratual caso entregue antes, assim como a prorrogação caso ocorram atrasos alheios a ambas as partes.

5.5. Problema Identificado

O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (DETRAN/RO) possui atualmente dois Micro DataCenters do tipo Data Bunker 44US TIER4, modelo DB44A, em operação há mais de nove anos. Estes equipamentos compõem a infraestrutura física crítica responsável pelo armazenamento e processamento das informações essenciais à continuidade dos serviços prestados à sociedade. Com o término da garantia de fábrica, conforme comunicado oficial do fabricante, os riscos de falhas técnicas, interrupções operacionais e comprometimento da segurança física e lógica dos dados aumentam significativamente.

Além disso, o crescimento da demanda por processamento e armazenamento de dados, impulsionado pela aquisição de novos servidores e storages (Processo 0010.085780/2022-54), evidencia a insuficiência da capacidade atual dos Micro DataCenters, tornando urgente sua atualização e expansão. A ausência de suporte técnico especializado em regime contínuo (24x7) compromete a resiliência da infraestrutura e a continuidade dos serviços informatizados, essenciais à missão institucional do DETRAN/RO.

5.6. Solução Proposta

A contratação de serviço especializado de **Suporte Técnico, Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva em regime 24x7** visa assegurar a plena operação dos Micro DataCenters, garantindo a disponibilidade, integridade e segurança dos dados críticos. A solução contempla:

Manutenção preventiva e corretiva contínua, com atendimento técnico especializado em tempo integral.

Atualização tecnológica dos Micro DataCenters, com vistas à modernização dos componentes e ampliação da capacidade física e lógica.

Segmentação da infraestrutura física, promovendo maior segurança e distribuição estratégica dos Centros de Processamento.

Garantia de continuidade dos serviços públicos prestados pelo DETRAN/RO, mitigando riscos operacionais e assegurando conformidade com as boas práticas de governança de TI.

Essa medida é essencial para preservar a estabilidade da infraestrutura computacional, assegurar a prestação eficiente dos serviços à população e atender às exigências legais e operacionais da administração pública.

5.7. Justificativa das Quantidades

5.8. A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços especializados de suporte técnico, garantia e manutenção preventiva e corretiva em regime 24x7 para **02 (duas) unidades de Micro DataCenters** do tipo **Data Bunker 44US TIER4, modelo DB44A**, atualmente em operação no parque computacional do DETRAN/RO.

5.9. A estimativa de quantitativo está diretamente vinculada à infraestrutura física existente, composta exclusivamente por essas duas unidades, que abrigam os equipamentos críticos responsáveis pelo processamento e armazenamento das informações institucionais. Tais unidades encontram-se em uso há mais de nove anos e chegaram ao limite de garantia do fabricante, conforme documentação oficial apresentada.

5.10. Considerando que:

- I - Cada unidade possui características técnicas específicas e alto grau de complexidade operacional;
- II - Ambas operam de forma simultânea e integrada, sendo indispensáveis à continuidade dos serviços informatizados do DETRAN/RO;

III - O regime de atendimento 24x7 exige cobertura total e ininterrupta para ambas as unidades, sem possibilidade de alternância ou exclusão de cobertura;

- 5.11. Conclui-se que o quantitativo estimado para a contratação deve contemplar **integralmente as 02 (duas) unidades de Micro DataCenters**, garantindo a cobertura técnica completa e contínua para ambas, de forma simultânea e permanente.
- 5.12. Essa estimativa é fundamentada na necessidade real e atual da autarquia, não havendo previsão de redução ou substituição das unidades no curto prazo. Portanto, o quantitativo proposto é adequado, proporcional e justificado frente à demanda operacional e à criticidade dos ativos envolvidos.

Serviço de Manutenção Preventiva de 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A do DataCenter			
Item	Descrição	Unid.	Qtd.
1.1.2	Serviço de Suporte, Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva em Regime 24x7 para 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A	Mês	06

6. **DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no Inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sendo imprescindível que a divisão do objeto não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU), portanto, por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado.
- 6.2. Diante da natureza técnica e operacional do objeto, o parcelamento da contratação não se mostra viável, pela indivisibilidade técnica da solução, tendo em vista, que o sistema proposto é composto por módulos interdependentes, que operam de forma integrada e simultânea. A separação por etapas ou componentes comprometeria a interoperabilidade entre funcionalidades.
- 6.3. A fragmentação da contratação poderia gerar incompatibilidades técnicas, duplicidade de esforços e falhas na comunicação entre sistemas distintos, prejudicando a eficiência e a segurança da informação.
- 6.4. A contratação parcelada de diferentes fornecedores para etapas distintas (fornecimento, implantação, operação, manutenção) comprometeria a continuidade dos serviços, dificultando a responsabilização por eventuais falhas e aumentando o tempo de resposta para correções. A centralização em um único prestador garante responsabilidade única pela entrega e desempenho da solução, maior controle contratual e facilidade na fiscalização, reduzindo riscos operacionais e jurídicos.

7. **DAS VEDAÇÕES**

7.1. **Da Vedação de Empresa sob Forma de Consórcio**

7.1.1. Fica **vedada** a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio em razão do objeto referenciado neste termo não caracterizar-se de grande porte, não exigir capacidade operacional especializada, não envolver questões de alta complexidade técnica ao ponto de haver necessidade de parcelamento da execução do contrato através de união de esforços e tampouco operacionalmente inviável ou superar a capacidade de uma única empresa para executar o objeto da licitação, portanto, não é o caso da aplicação do Art. 15 da Lei Federal 14.133/2021.

7.2. **Da Vedação de Cooperativa e Associação**

7.2.1. Fica **vedada** a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa e associação na aquisição/contratação do objeto referenciado neste termo, em razão da necessidade de garantir qualidade, eficiência e segurança na execução do contrato, tendo em vista que a estrutura descentralizada das organizações acarretaria em riscos de variação na qualidade, ocasionando dificuldade de fiscalização individual dos serviços prestados e da responsabilização, comprometendo a uniformidade necessária para o sucesso da contratação. Portanto, não será aplicado o entendimento contido no art. 16 da Lei Federal 14.133/2021, visando garantir que a contratação seja feita de forma eficiente, transparente e dentro dos princípios da administração pública em cumprimento das obrigações legais.

7.3. **Da Vedação de Vínculo com o Poder Público**

- 7.3.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 7.3.2. Conforme as deliberações contidas no art. 14, inc. iv da Lei 14.133/21, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

8. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 8.1. A presente contratação tem como objetivo garantir a continuidade operacional da infraestrutura física crítica do Data Center do DETRAN/RO, composta por duas unidades de Micro DataCenters do tipo Data Bunker 44US TIER4, modelo DB44A, em uso há mais de nove anos e atualmente fora do período de garantia do fabricante. Tais unidades são responsáveis por abrigar os equipamentos essenciais ao funcionamento dos sistemas informatizados que sustentam os serviços prestados à sociedade, como registro de veículos, habilitação de condutores e demais atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.
- 8.2. A solução proposta contempla a contratação de serviços especializados de **Suporte Técnico, Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva em regime 24x7**, com foco na preservação da disponibilidade, segurança e integridade dos dados e sistemas hospedados nos Micro DataCenters. O escopo da solução inclui:
- 8.3. **Características Gerais do Item**
- 8.3.1. Os serviços deverão contemplar os equipamentos atuais em funcionamento no Data Center do DETRAN/RO, sendo 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A.
- 8.3.2. O CONTRATANTE poderá efetuar um número ilimitado de chamados para suporte aos equipamentos fornecidos durante o período do serviço. Caso o chamado seja classificado como indevido (no caso de não ser detectado quaisquer defeitos ou mal funcionamento) o mesmo deverá ser devidamente concluído.
- 8.3.3. O Suporte deve incluir o apoio técnico fornecido de forma remota, por telefone (local ou 0800) e/ou e-mail, porém deverá ser presencial sempre que não for possível sanar a dúvida, e/ou resolver incidentes ou problemas remotamente.
- 8.3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar canais de acesso, credenciados, aos serviços de Suporte Técnico, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano, inclusive nos feriados.
- 8.3.5. O suporte deverá ser prestado por técnicos devidamente habilitados e credenciados pela CONTRATADA.
- 8.3.6. A CONTRATADA deve manter cadastro das pessoas indicadas pelo CONTRATANTE que poderão efetuar abertura e autorizar o fechamento de chamados para apoio técnico;
- 8.3.7. A CONTRATADA deverá atender e resolver as ocorrências encaminhadas pelo CONTRATANTE no menor prazo possível, sendo que, mediante ocorrências de defeitos que geram indisponibilidade e/ou mau funcionamento, a CONTRATADA deverá empenhar todos os esforços necessários e cabíveis, para reestabelecer o completo funcionamento dos equipamentos do CONTRATANTE, ora fornecidos pela CONTRATADA.
- 8.3.8. O CONTRATANTE definirá uma prioridade ao atendimento de acordo com o nível de severidade, conforme tabela abaixo:

SINTOMA x IMPACTO	SEVERIDADE
Defeito ou falha em equipamentos, que provocou, ou poderá provocar a qualquer momento, a indisponibilidade total ou parcial da solução e/ou seus componentes, exigindo portanto intervenção imediata para conter, senão mitigar impactos negativos ao sistema.	EMERGENCIAL
Defeito ou falha em equipamentos, que tenham provocado perda de performance da solução e deve ser resolvida rapidamente, por representar alto risco de Indisponibilidade, exigindo intervenção rápida para conter impactos negativos ao sistema.	URGENTE
Defeito ou falha em equipamentos que limita o funcionamento e/ou a performance de alguma parte da solução, sem risco de indisponibilidade de todo o sistema.	IMPORTANTE
Suporte à dúvidas técnicas sobre o funcionamento e operação dos equipamentos fornecido, auxílio na elaboração de diagnósticos, avaliações, configurações e ajustes.	REGULAR

- 8.3.9. O suporte presencial pela CONTRATADA deverá atender as necessidades de suporte do CONTRATANTE "on-site", ou seja, no local de instalação do equipamento. O suporte presencial deverá ser acionado sempre que o suporte remoto não puder sanar a dúvida ou problema, requerendo, portanto, a presença de técnicos especializados no local do CONTRATANTE.
- 8.3.10. O suporte deve seguir os prazos definidos na tabela abaixo, em horas úteis, conforme o grau de severidade.

SEVERIDADE	INICIADO em até	FINALIZADOS Em até
EMERGENCIAL	02 horas	08 horas

URGENTE	04 horas	12 horas
IMPORTANTE	16 horas	48 horas
REGULAR	24 horas	120 horas

- 8.3.11. Para atendimento aos prazos supracitados, acrescido da experiência de uso deste tipo de equipamento e com os subcomponentes que mais apresentam falhas com uso e desgaste natural, a Contratada deverá possuir em sua estratégia de Estoque os subcomponentes suficientes para trocas/reparos de forma a atender os prazos contidos neste documento.
- 8.3.12. Acima de 30% de descumprimento dos prazos de suporte acima definidos, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem qualquer prejuízo ao CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá sofrer as penalidades previstas em lei.
- 8.3.13. Não serão considerados para efeito de contagem do prazo de suporte e penalidades, os casos em que houver restrições de acesso aos ambientes ou outros recursos do CONTRATANTE.
- 8.3.14. Os prazos de garantia iniciam-se apenas na efetiva data de recebimento do início do serviço do objeto e término em sua conclusão.
- 8.3.15. A garantia deve compreender os procedimentos destinados a recolocar equipamentos e demais componentes instalados em seu perfeito estado de funcionamento, inclusive com substituição de peças, ajustes e reparos necessários nos locais de instalação (on-site), de acordo com as normas técnicas específicas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos, que derivarem das atividades realizadas.
- 8.3.16. A garantia técnica deve assegurar a plena disponibilidade e continuidade da solução contratada, abrangendo procedimentos destinados a manter a infraestrutura e demais componentes em perfeito estado de funcionamento, incluindo manutenções corretivas, ajustes e reparos nos locais de instalação (on-site).
- 8.3.17. Os serviços de garantia devem ser prestados sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, salvo quando o defeito for comprovadamente provocado por uso inadequado da infraestrutura por parte da administração.
- 8.3.18. Para a manutenção do nível de serviço e correção de falhas nos ativos vinculados à prestação, a CONTRATADA deverá:
- I - Realizar o reparo do componente ou ativo técnico no local de instalação; ou
 - II - Promover a substituição de componentes defeituosos por outros que garantam desempenho e especificações técnicas equivalentes ou superiores aos originais, mantendo a integridade da solução.
- 8.3.19. Em caso de indisponibilidade que comprometa a prestação dos serviços e não possa ser sanada de imediato, a CONTRATADA deverá disponibilizar infraestrutura de contingência (ativos reserva) de sua propriedade, com configuração igual ou superior, para garantir a continuidade das atividades do CONTRATANTE até a normalização definitiva.
- 8.3.20. Todos os custos logísticos, de transporte e de execução técnica necessários para assegurar a garantia do serviço correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.
- 8.3.21. A substituição de ativos de contingência pela solução definitiva deverá ser previamente agendada, visando minimizar impactos nas atividades desempenhadas pelas unidades do CONTRATANTE.
- 8.3.22. Caso a CONTRATADA necessite aplicar soluções de contorno temporárias para restabelecer a operacionalidade, estas deverão ser formalmente avaliadas e aprovadas pelo CONTRATANTE, mediante exposição de motivos e análise de riscos.
- 8.4. **Manutenção Corretiva**
- 8.4.1. É o conjunto de cuidados e intervenções técnicas indispensáveis ao funcionamento regular e permanente de máquinas, equipamentos, ferramentas e instalações.
- 8.4.2. Deve abranger todos os acessórios, equipamentos, custeios diretos e indiretos, para resolução de quaisquer incidente, defeito e/ou interpérie no Equipamento originário da Fabricação, Instalação ou prestação da Garantia/Suporte.
- 8.4.3. Todos serviços de manutenção corretiva são todos aqueles necessários para o restabelecimento do pleno funcionamento do equipamento, incluindo substituição integral de todas as partes e peças mecânicas, elétricas e eletrônicas defeituosas, incluindo todos os materiais a serem utilizados nos procedimentos de correção.
- 8.4.4. É a intervenção não planejada para corrigir falha ou defeito de um equipamento ou subsistema, envolvendo o atendimento e verificações em campo para o restabelecimento de seu funcionamento no menor tempo possível. Este procedimento deve incluir o fornecimento de peças.
- 8.4.5. O regime de trabalho para a Manutenção Corretiva deve ser 24 (vinte e quatro) horas por dia por 7 dias úteis por semana durante o ano vigente.
- 8.4.6. Para iniciar o atendimento a contratante procederá a abertura de chamados técnicos junto aos Canais de atendimento disponibilizados como telefone local ou 0800 e atendimento eletrônico via e-mail, após a identificação e/ou ocorrência de alarmes, falhas ou defeitos que afetem a operação dos 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A.
- 8.4.7. A seguir os critérios de Nível de Serviço mínimos do atendimento

DESCRITIVO DOS NÍVEIS DE ATENDIMENTO – SLA			
Severidade	Prazo de Atendimento		Prazo de Resolução
Regular	Em até 24h para início de Atendimento Presencial a partir da Abertura do Chamado		Em até 120 horas após verificação
Importante	Em até 16h para início de Atendimento Presencial a partir da Abertura do Chamado		Solução de Contorno Em até 24 horas (corridas)
			Solução Definitiva Em até 02 dias úteis
Urgente	Em até 04h úteis para início de Atendimento Presencial a partir da Abertura do Chamado		Solução de Contorno Em até 08 horas (corridas)
			Solução Definitiva Em até 12 horas (corridas)
Emergencial	Em até 02h úteis para início de Atendimento Presencial a partir da Abertura do Chamado		Solução de Contorno Em até 04 horas (corridas)
			Solução Definitiva Em até 08 horas (corridas)

- 8.4.8. Este procedimento inclui o fornecimento de peças e mão de obra para substituição, incluindo todos os materiais a serem utilizados nos procedimentos de correção.
- 8.4.9. Neste caso, o tempo de solução dos chamados poderão sofrer paralisação na contagem e o tempo terá sua contagem retomada quando as peças, partes ou materiais forem disponibilizados para o atendimento local. O prazo de fornecimento para aplicação ficará sujeito à disponibilidade de estoque do fabricante que será envolvido.
- 8.4.10. Entendidos como um acordo formal entre a CONTRATADA e o DETRAN-RO para cada serviço, os ANS (Acordos de Nível de Serviço) definem o nível de comprometimento acordado para o desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA.
- 8.4.11. As métricas previstas para os ANS foram definidas de forma a servir de insumo para o processo de manutenção da qualidade e aperfeiçoamento do serviço prestado. Estas métricas deverão ser apuradas quando realizadas os chamados.
- 8.4.12. Mesmo com as penalidades impostas, a CONTRATADA não se exime da responsabilidade de:
- 8.4.13. Executar o serviço até o seu final;
- 8.5. **Manutenção Preventiva**
- 8.5.1. É uma intervenção planejada, ou seja, prevista, preparada e programada em datas previamente definidas normalmente consideradas para o períodos definidos.
- 8.5.2. O plano de manutenção iniciará a partir do primeiro mês após a contratação, com previsão visitas anuais para a realização das atividades conforme descrito no quadro abaixo intitulado “Check List de Atividades e Periodicidade”.
- 8.5.3. Também se caracteriza pelo conjunto de serviços de inspeções sistemáticas, ajustes, conservação e eliminação de possíveis defeitos, visando a evitar falhas, minimizar desgastes, preservação da vida útil e aumento da confiabilidade.
- 8.5.4. Para os serviços de manutenção preventiva o regime de trabalho serão em horários atípicos, respeitando os cronogramas internos, podendo ser no período noturno (22:00 às 06:00) e em finais de semana/feriado, dado o impacto nos seviços, devendo serem estabelecidas entre ambas as partes.
- 8.5.5. A Manutenção Preventiva/Preditiva deverá feita por meio de visitas periódicas, seguindo o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), Cronograma e Check List de atividades a serem apresentados na Reunião de Kick Off da Implantação do Contrato.
- 8.5.6. Em cada evento e/ou mês de competência, deverá ser elaborado um RAT (Relatório de Atendimento Técnico) juntamente com o RMP (Roteiro de Manutenção Preventiva) que deverá ser entregue ao Gestor do Contrato.
- 8.5.7. No decorrer do atendimento sendo identificada a necessidade de substituição de partes, peças ou acessórios, estes materiais deverão ser informados em quantidade, marca e modelo ao Contratante, devendo ser apresentado um orçamento submetido a sua aprovação para a aquisição e substituição de peças.
- 8.5.8. Neste caso, o tempo de solução dos chamados poderão sofrer paralisação na contagem e o tempo terá sua contagem retomada no momento em que as peças, partes ou materiais forem disponibilizados para o atendimento local e entregues à equipe da Contratada. O prazo de fornecimento para aplicação ficará sujeito à disponibilidade de estoque do

fabricante que será envolvido.

Cheklist de atividades e Periodicidade		
Sub-Sistema	Atividades	Visitas
ARQUITETURA		
Gabinete	Inspeção do estado geral de sua estrutura	01 Visita na Assinatura+01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Limpeza interna	
	Alinhamento e nivelamento se necessário	
Blindagem	Verificação de sua integridade	
Porta	Inspeção do estado geral e funcionamento	
	Verificação de vedações e substituição se necessário	
	Lubrificação e ajustes	
ELÉTRICA		
Quadro	Medições de tensão e corrente	01 Visita na Assinatura+01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Limpeza interna	
	Reaperto das conexões	
CLIMATIZAÇÃO		
Ar Condicionado de Precisão	Verificação do filtro de ar	01 Visita na Assinatura+01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Limpeza do filtro de ar	
	Verificação da pressão do gás	
	Verificação do nível de óleo do compressor	
	Verificação das conexões elétricas	
	Limpeza da serpentina	
	Lubrificação e ajustes	
	Inspeção do estado geral e funcionamento	
Sistema de emergência	Verificação de funcionamento	
COMBATE A INCÊNDIO		
Combate a incêndio	Verificação de funcionamento	01 Visita na Assinatura+01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Reaperto dos fechos	
SISTEMAS DE SEGURANÇA		
Controle de Acesso	Verificação de funcionamento	01 Visita na Assinatura+01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Reaperto dos fechos	
CFTV	Teste de comunicação	
	Limpeza da lente e conexões	
MONITORAMENTO AMBIENTAL		
Modúlo de Aquisição	Verificação geral do sistema e parâmetros	01 Visita na Assinatura+01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
Sensores	Teste de funcionamento	

8.6.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A prestação de serviço em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações e Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, Decreto Regulamentador da Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado de Rondônia;

9.2. A proposta de preço deverá conter, obrigatoriamente, a descrição do item cotado, indicando especificações mínimas exigidas;

9.2.1. A prestação dos serviços deverá estar dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo todos os produtos, peças, acessórios, componentes eletrônicos, materiais, utensílios e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação vigente e em quantidades necessárias à boa execução dos serviços.

9.2.2. A CONTRATANTE fiscalizará a execução do serviço contratado e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

9.2.3. A fiscalização pela CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento;

9.2.4. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato;

9.2.5. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

9.2.6. A CONTRATADA se obriga a permitir que auditoria interna da CONTRATANTE e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito ao objeto deste instrumento, inclusive auditoria a ser realizada na usina de incineração.

9.2.7. A CONTRATANTE realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela CONTRATADA e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

9.2.8. A avaliação será considerada pela CONTRATANTE para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade dos serviços prestados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, qualquer tempo, rescindir o presente Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas

9.2.9. A Contratada deverá possuir estoque mínimo de peças para realizar o serviço da manutenção corretiva quando houver a necessidade de troca das mesmas.

9.2.10. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da contratante;

9.3. Do Local e Forma de Entrega

9.3.1. O serviço, por se tratar de suporte realizado em Equipamentos Físicos, deverão ser executados em seu endereço físico, sendo o Data Center, na CTI do DETRAN-RO, sito à rua Dr. José Adelino, 4477 – Bairro: Costa e Silva – Porto Velho – RO. Observando os horários de funcionamento das 07:30 às 13:30 h de segunda a sexta feira.

9.3.2. A execução dos serviços deverá ser acompanhada de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), na aceitação dos itens será observada as especificações contidas no Termo de Referência e as disposições contidas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.

9.4. Do Prazo

9.4.1. O prazo de vigência do Contrato terá duração prevista de 06 (seis) meses, com execução mensal, iniciada a partir da data do recebimento da Nota de Empenho/ou assinatura do contrato;

9.4.2. O prazo podera ser prorrogado ou suprimido, devendo ser previsto contratualmente, dada a possibilidade de antecipação, assim como de prorrogação das etapas de contratação e entrega por motivos alheios as partes.

9.5. Da Execução

9.5.1. Durante o período de execução contratado, a contratante se responsabilizará por todos os custos diretos e indiretos relacionando a prestação do serviço, devendo os mesmos já estarem previstos e inclusos em sua execução, não cabendo aplicação de nenhum custo adicional além do contratado.

9.5.2. O contrato poderá ser interrompido a qualquer momento da execução, respeitando sempre o término do ciclo mensal, sem prejuízos as partes, devido a possibilidade de entrega dos novos equipamentos a substituírem os atuais em andamento.

9.5.3. Caso o contrato seja interrompido no quarto mês, a contratada deverá realizar a visita técnica prevista, dada a conclusão do mesmo.

9.5.4. No caso de interrompimento no terceiro mês ou antes, a mesma não deverá realizar a visita técnica do 4º (quarto) mês.

9.6. Termo de Confidencialidade

9.6.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo, bem como a não divulgar a terceiros sob qualquer forma, ou usar para outras finalidades que não sejam para os fins objeto deste Contrato, as informações intercambiadas com o DETRAN-RO, doravante denominadas de “Informações Confidenciais”, exceto naquilo que for parte da interface com Empresas, Entidades, Instituições ou Órgãos Oficiais de Controle, que devam ser de algum modo consultados, acionados ou atendidos.

9.6.2. A disponibilização das Informações Confidenciais, quando requeridas por autoridades judiciárias ou por qualquer outra autoridade competente, ou quando

9.6.3. estas advierem de conhecimento público, não caracterizará infringência ao dever da confidencialidade.

9.6.4. A obrigação de não revelar as Informações Confidenciais a terceiros estende-se aos empregados e demais pessoas, físicas ou jurídicas, que mantenham relação comercial, trabalhista, ou qualquer outro tipo de relação com a **CONTRATADA**, cabendo a esta zelar pelo cumprimento desta obrigação.

9.7. Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica

9.7.1. A contratada deverá manter equipe de plantão 24x7, com capacidade de resposta imediata para incidentes críticos.

9.7.2. Deverá ser garantida a rastreabilidade de todas as intervenções realizadas, com registros documentais e fotográficos.

9.7.3. A contratada deverá possuir laboratório técnico ou estrutura equivalente para testes e validações de componentes.

9.7.4. Será exigida a apresentação de plano de manutenção detalhado, com cronograma, metodologia e indicadores de desempenho.

9.7.5. A contratada deverá garantir a confidencialidade das informações acessadas durante os serviços, mediante assinatura de termo de sigilo, conforme ANEXO II.

10. DA GARANTIA DO SUPORTE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

10.1. Da Garantia do serviço

10.1.0.1. A Contratada deverá designar profissionais que serão responsáveis por garantir o andamento dos serviços, ininterruptamente, que poderão ser acionados a qualquer momento, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, sempre que as necessidades do serviço o exigirem. Tais profissionais deverão possuir dispositivo de comunicação móvel que possa ser contatado pelo Contratante.

10.1.0.2. A empresa deverá garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, efetuando manutenção preventiva e corretiva durante todo o período do contrato e deverá disponibilizar pessoal técnico responsável pela manutenção de todo o sistema durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, independente de eventuais depredações, furtos e roubos, sem custo adicional para o Contratante.

10.1.0.3. A abertura de chamados será feita através de contato formal via aplicativo de mensagens instantâneas ou e-mail para o número e endereço de e-mail disponibilizado pela Contratada, sendo que o atendimento deve ocorrer no padrão 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos domingos e feriados.

11. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

11.1. O estimativo do custo total será de **R\$ 84.744,18 (oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos)**, conforme apurado pela Divisão de Cadastro, Registro e Pesquisa de Preço - DIVCREP, através do Quadro Estimativo de Preço de Mercado (ID 69319784).

12. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

12.1. A presente Contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico da Instituição ID 0043201149, mais especificamente no Eixo: **Gestão**; Desafio: Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de TI; Indicador: Índice de Disponibilidade dos serviços críticos e portal do DETRAN; Meta Percentual: 98%. No tocante ao disposto no art. 30, inciso II, do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, o projeto também está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, Processo Nº0010.021379/2025-39, DFD nº 192/2026 (ID 67774869).

13. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas com os objetos a serem adquiridos, em decorrência deste Termo de Referência, ocorrerão na seguinte programação orçamentária:

- Unidade Orçamentária: **15020 - Departamento Estadual de Trânsito**
- Função: **06 - Segurança Pública**
- SubFunção: **06 - Policiamento**
- Programa: **2174 - Modernização da Gestão Pública**
- Ação: **2064 - Promover Gestão de TI**
- Fonte de Recurso: **17530 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos**
- Natureza da Despesa: **3390.30 – Material de Consumo**
- Natureza da Despesa: **3390.40 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (Pessoa Jurídica)**
- Natureza da Despesa: **4490.40 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (Pessoa Jurídica)**
- Natureza da Despesa: **4490.52 – Material Permanente**

14. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE DE ME/EPP

14.1. No tocante a Reserva de Cotas e tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, informamos da **inaplicabilidade do mesmo**.

14.2. Não será aplicado o critério de exclusividade na contratação de ME/EPP, para os itens em questão dado o valor da contratação que superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme as prerrogativas Inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.3. *Ab initio*, O inciso III do art. 49 da LC nº 123/2006 define a inaplicabilidade dos artigos 47 e 48 daquele diploma legal, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

14.4. O objeto constante no presente Termo de Referência foi composto em lote único com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final do lote. A realização do presente certame dar-se-á por lote único, tendo em vista que é integrado por itens de mesma natureza e que guardem relação entre si. Assim, para este certame licitatório, não haverá fixação à legislação pertinente a participação de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP de cota reservada, considerando que tais cotas poderiam representar prejuízo à contratação do objeto em tela, conforme art. 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pois a contratação é para atendimento de serviço de manutenção especializada em equipamentos de precisão, ou seja, a própria natureza do objeto, impede a divisão do serviço, seria o mesmo que no meio do serviço, repassar a manutenção a outra equipe, algo impraticável. Acrescido a isto, cabe ainda rememorar que o suporte é contínuo durante o período, havendo mais de uma empresa, para qual empresa se abre o chamado e qual pode ser responsabilizada sobre as falhas, questões claras que demonstram a inviabilidade de segregação.

14.5. Somado a isso, a contratação com exclusividade de ME/EPP, via de regra, traz preços contratados mais altos. Isso significaria, no caso de haver cota reservada, que os convenientes que tivessem suas demandas apartadas e inseridas nos itens exclusivos para ME/EPP, teriam preços registrados para contratação, muito provavelmente, superiores aos dos itens em que a disputa for universalizada, o que colocaria em risco o próprio objetivo da licitação centralizada em questão, que é o de contribuir para a efetiva e mais célere execução Orçamentária.

14.6. Em situação semelhante, no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada-FOC, coordenada pela Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, realizada com o objetivo de verificar a gestão dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar-Pnae, o Ministro-Relator consignou, em seu voto [Acórdão nº 1.819/2018-P - SEI-ME nº 23435688]:

(...)

Da análise dos 81 lotes licitados, a unidade técnica deste Tribunal identificou que 39 foram destinados exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte-ME e EPP, perfazendo um total de R\$ 24.635.390,00, cujos objetos foram adjudicados por valores superiores aos obtidos nos lotes abertos à ampla concorrência, dando margem a um sobrepreço, estimado pela equipe de auditoria, de R\$ 4.083.150,00, de um total de R\$ 88.398.860,00 licitados. Por esse motivo, segundo o relatório de auditoria, ao aplicar a cota definida na Lei, o Estado do Paraná deixou de observar os demais dispositivos do referido normativo, notadamente o inciso III do art. 49 da mesma lei, que define a inaplicabilidade dos artigos 46 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado."

(...)

No âmbito da Administração Federal, por intermédio do Decreto 8.538/2015, foi regulamentado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às ME e EPP, restando definido que, consoante previsto no inciso III do art. 49 da Lei Complementar, não é vantajosa para a administração a contratação que "resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência" ou cuja "natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios".

(...)

Também não se verifica na referida Lei a impossibilidade de sejam distintos os preços praticados, para um mesmo produto, pelas ME e EPP e as empresas que concorrem às cotas destinadas à ampla concorrência, desde que não ultrapassem o valor de referência definido pela administração. De qualquer modo, não é admissível que, a pretexto de estimular o empreendedorismo, propiciando melhores condições para as sociedades empresárias de menor porte, a administração contrate ME e EPP a preços muito superiores aos ofertados pelas empresas que disputam as demais cotas.

14.7. Essas razões caracterizam a inaplicabilidade da cota reservada ou exclusividade para ME/EPP na licitação para a contratação do serviço pretendido, com fulcro no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Estadual nº 21.675/2017, que regulamenta o tratamento favorecido e simplificado nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia.

14.8. Assim, a não reserva de cotas tem como escopo evitar prejuízos à operacionalização, execução e fiscalização da Administração, cabendo ainda considerar a impossibilidade técnica de segregação da responsabilidade e o reduzido número da força de trabalho de empresas de menor porte para realizar as atividades multidisciplinares que compõem o serviço de suporte. A referida exceção encontra guarida expressa no **art. 10, inciso II, do Decreto Estadual nº 21.675/2017**, in verbis:

'Art. 10. Não se aplica o disposto nos arts. 4º ao 8º quando: (...) II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;'

14.9. Logo, a concessão dos benefícios dispostos no Decreto Estadual nº 21.675/2017 não se mostra vantajosa no presente ensejo e possui potencial para ocasionar falhas de fiscalização, entrega e controle logístico. Por essas razões, devidamente justificadas pela natureza indivisível do objeto e pelo risco econômico atestado, a Administração não adotará o tratamento diferenciado de reserva de cotas para os itens deste Termo de Referência

14.10. Assim, a não reserva de cotas tem como escopo evitar prejuízos para a Administração, operacionalização, execução e fiscalização, cabendo ainda considerar o reduzido número da força de trabalho de empresas de menor porte para realizar as atividades multidisciplinares que compõem o serviço de suporte.

14.11. A exceção à fixação de cotas reservadas está prevista no inciso II, art. 10 do Decreto nº 8.538 de 6 de outubro de 2015 e Decreto Estadual nº 21.675/2017:

Art.10

(...)

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

14.12. Logo, a aplicação do Decreto Estadual nº 21.675/2017 para microempresas e as empresas de pequeno porte, não se mostra vantajoso, podendo, no presente ensejo, ocasionar falhas de fiscalização, entrega e controle, desta forma, a Administração Pública não irá optar pelo tratamento diferenciado para os bens, conforme itens deste Termo de Referência.

15. APLICAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

15.1. Objetivo

15.1.1. Estabelecer, no Termo de Referência e no edital, critérios e medidas que promovam o desenvolvimento nacional sustentável na contratação do serviço de suporte, garantia e manutenção preventiva e corretiva 24x7 para os 02 Data Bunkers 44US TIER4, modelo DB44A, de modo a estimular fornecedores nacionais, práticas ambientais responsáveis, transferência de tecnologia, geração de emprego local e economia circular, sem prejuízo da competitividade e da eficiência técnica exigida pelo DETRAN-RO.

15.2. Princípios Orientadores

15.2.1. Prioridade ao fornecedor nacional quando atender aos requisitos técnicos e de preço.

15.2.2. Sustentabilidade ambiental na redução de impactos, uso de materiais e processos de baixo carbono, gestão adequada de resíduos e incentivo ao retrofit e reaproveitamento de componentes.

15.2.3. Desenvolvimento industrial local na preferência por empresas que comprovem conteúdo nacional, cadeia de suprimentos local ou parcerias com micro, pequenas e médias empresas brasileiras.

15.2.4. Transferência de conhecimento na exigência de capacitação e transferência tecnológica para a equipe técnica do DETRAN-RO.

15.2.5. Transparência e mensuração de indicadores e comprovações documentais para aferir o cumprimento das medidas sustentáveis.

16. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

16.1. Considerando o Inciso XLI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o **PREGÃO** como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

16.2. Fica estabelecido, na presente contratação, o critério de julgamento como sendo o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, em atenção ao disposto no art. 33 da Lei 14.133/2021, observado o princípio constitucional da isonomia. Essa opção visa assegurar a escolha da proposta que ofereça o menor custo total para a Administração, abrangendo todas as variáveis relacionadas ao objeto licitado.

16.3. A seleção do critério de **MENOR PREÇO** está alinhada com a busca pela economicidade e eficiência na contratação, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

16.4. Conforme disposto no Inciso I, do art. 56 da Lei 14.133/2021, será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

17. DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

17.1. O prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

17.2. Os preços propostos deverão incluir fretes e demais custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos (impostos, taxas, etc), contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

17.3. A omissão na proposta de preços do prazo de validade, não implicará na desclassificação da proposta, mas à aceitação tácita do prazo nele indicado.

18. DA HABILITAÇÃO

18.1. Da Habilitação Jurídica

18.1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

18.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administrativos, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social;

18.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

18.1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

18.2. Da Qualificação Técnica

18.2.1. Será exigido Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade, considerando o objeto da licitação, conforme a seguir:

18.2.1.1. A parcela de maior relevância ou valor significativo para o único item do projeto, deverá ser compatível com o objeto, cujo valor estimado para o item é **superior a 4% do valor total estimado da contratação**;

18.2.1.2. Considerando a exigência de atestado, a quantidade **mínima exigida será de 30% (vinte por cento)**, conforme estabelecido nos subitens anteriores das parcelas de maior relevância, do item único do objeto.

18.2.2. Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu produtos condizentes com o(s) item(ns) para o(s) qual(is) apresentar proposta.

18.2.3. Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento de no mínimo 02 (dois) meses de suporte a equipamento idêntico e/ou similar/compatível (mesmos subsistemas internos), ou seja, aproximadamente 30% (trinta por cento) do quantitativo do item do objeto (06 meses de serviço).

18.2.4. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

18.2.5. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 68 da Lei 14.133/2021 sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

18.3. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

18.3.1. Ao que se refere as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

18.3.2. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

18.3.3. Comprovação de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

18.3.5. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

18.3.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplimento.

18.3.7. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência, Reabilitados da Previdência Social e aprendiz ([Link Certidões](#)), conforme RECOMENDAÇÃO Nº 6613.2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO.

18.4. Da Qualificação Econômica Financeira

18.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, II da Lei 14133/2021.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

[...]

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante

18.4.2. Nos termos do inciso I do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social para fins de habilitação econômico-financeira, quando se tratar de contratação de bens ou serviços de pequeno valor ou baixa complexidade, que não impliquem risco significativo de inadimplimento contratual ou desequilíbrio financeiro à Autarquia.

18.4.3. Considerando que o objeto desta contratação refere-se à prestação de serviços e/ou aquisição de bens de baixa complexidade, cujos valores envolvidos não apresentam impacto relevante no orçamento do DETRAN-RO, tampouco envolvem obrigações que demandem robusta capacidade econômico-financeira por parte do contratado, entende-se justificada a não exigência do balanço patrimonial como critério de habilitação.

18.4.4. Tal medida visa ainda promover a simplificação do procedimento licitatório, sem comprometer a segurança jurídica ou a efetividade da contratação, em conformidade com os princípios da proporcionalidade, economicidade e eficiência administrativa.

18.5. Das Declarações

18.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

18.5.2. Declaração, sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

18.5.3. Declaração do cumprimento da exigência habilitatória do Inc. VI, do art. 68, da Lei n. 14.133/2021 e do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, qual seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#)).

19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

19.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

19.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput)

19.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

19.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

19.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

19.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

19.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120)

19.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

19.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

19.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

19.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

19.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

19.14. Do instrumento Contratual

19.14.1. A licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

19.14.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DETRAN/RO.

19.14.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

19.14.4. O Contrato a serem firmado terão sua vigência durante o período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos.

19.14.5. O(s) valor(res) contratado(s) será(rão) fixo(s) e irreajustável(eis) pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 2º e seu § 1º, da Lei Federal nº 10.192/2001 - princípio da anualidade que as propostas devem observar, bem como, disposições contidas no Decreto Estadual 25.829/2021.

19.15. Do reajuste Contratual

19.15.1. Durante o prazo de vigência do Contrato, seu respectivo valor será irreajustável. A periodicidade para eventual reajuste de preços será anual, contando-se a partir da data limite para apresentação da proposta comercial, utilizando-se o índice o IPCA.

19.15.2. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acumulado em 12 (doze) meses;

19.15.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA, que deverá apresentar planilha de composição de custos unitários com a descrição dos componentes e do valor detalhado, tendo em vista que o reajustamento pressupõe a demonstração analítica de aumento dos custos contratuais para justificar o aumento nos preços.

19.15.4. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

19.15.5. A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

19.16. Dos Acréscimos e Supressões

19.16.1. A CONTRATADA fica obrigada em aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

19.17. Da Rescisão Contratual

19.17.1. A rescisão contratual poderá ter lugar de pleno direito se:

19.17.2. Durante a vigência do instrumento de contrato, a empresa CONTRATADA, sustar, interromper, deixar de entregar os itens/produtos solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o entendimento preconizado na Lei Federal 14.133/2021.

19.17.3. Nos casos em que a empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação à administração.

19.17.4. Dada ao andamento da aquisição dos novos Data Bunkers, conforme retro citado, a partir do 02 (segundo) mês do contrato em vigência, caso a entrega seja efetivada, o contrato em questão poderá ser rescindido e/ou interrompido, sem prejuízo a ambas as partes, cabendo comunicação prévia mínima de 30 (trinta) dias, sem incidência de penalidades e/ou prejuízos.

19.18. Do Prazo

19.18.1. O prazo de vigência do Contrato será conforme vigência do contrato, com duração prevista de 180 (cento e oitenta) dias, com execução mensal, iniciada a partir da data do recebimento da Nota de Empenho/ou assinatura do contrato;

19.18.2. O prazo poderá ser prorrogado ou suprimido, devendo ser previsto contratualmente, dada a possibilidade de antecipação, assim como de prorrogação das etapas de contratação e entrega por motivos alheios às partes.

19.18.3. Justificativa para prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

19.18.3.1. Dada ao tempo estimado de contratação e entrega dos novos Data Bunkers em andamento, que irão substituir os atuais e por consequente, o serviço de manutenção dos mesmos (objeto deste projeto), estimado em aproximadamente 06 (seis) meses, temos o prazo desta contratação estimado com mesmo período, a fim de evitar períodos sem previsão e/ou necessidade, pela própria substituição do equipamento ao qual o serviço aqui pretendido irá atender.

19.18.3.2. Todavia, convém expor, que dada a natureza do trâmite de contratação e do cenário de fabricação dos Data Bunkers, que sofrem influências internacionais, existe a possibilidade de prorrogação de tal período (180 dias), por isso a motivação do período diminuto, assim como, a possibilidade de rescisão contratual após o segundo mês, para caso haja prorrogação de prazo por atrasos, todavia, com conclusão da troca no período, possibilitando o cancelamento sem prejuízos e serviços redundantes.

19.18.3.3. Por estes motivos supracitados, temos o período em questão de contratação diferenciado, prevendo os diversos cenários relacionados, de forma a proteger o DETRANRO, de quaisquer período de contratação desnecessário.

20. DOS REAJUSTES

20.1. Durante o prazo de vigência do Contrato, seu respectivo valor será irrealizável. A periodicidade para eventual reajuste de preços será anual, contando-se a partir da data limite para apresentação da proposta comercial, utilizando-se o índice o IPCA.

20.2. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data da apresentação da proposta, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acumulado em 01 (um) ano.

20.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA, que deverá apresentar planilha de composição de custos unitários com a descrição dos componentes e do valor detalhado, tendo em vista que o reajustamento pressupõe a demonstração analítica de aumento dos custos contratuais para justificar o aumento nos preços.

20.4. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

20.5. A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

20.6. Os valores contratados serão fixos e irrealizáveis pelo período inferior a um ano, de acordo com o art. 2º, §1º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

20.7. Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 154, §2º da Decreto Estadual nº 28.874/2024), em caso de eventual reajuste de preços solicitado pela contratada, e desde que transcorrido o prazo de 01 (um) ano da data da apresentação da proposta.

20.8. Considerando que o reajuste de preços pode ser efetuado mediante a aplicação de índice – reajuste indexação – ou por meio de demonstração analítica de variação dos custos índices aplicar-se-á aos cálculos o índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, conforme §7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/2021.

20.9. As alterações decorrentes de solicitação de reequilíbrio seguirão o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

21. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

21.1. A contratação de serviço de manutenção em tela deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021 e suas alterações, bem como, Instrução Normativa nº 58/2022/Ministério da Economia e Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, Decreto Regulamentador da Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado de Rondônia;

21.2. A proposta de preço deverá conter, obrigatoriamente, a descrição do item cotado, indicando todas as especificações mínimas exigidas;

21.3. Executar o serviço seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto contratado, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;

21.4. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo de referência, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

21.5. A fiscalização da Administração não permitirá a execução de tarefas em desacordo com as preestabelecidas e nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da Administração;

21.6. Aplicar-se-á, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto à oferta de reposição do produto e assistência técnica, ainda que cessada a sua fabricação ou importação, e às demais legislações pertinentes.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1. Da Contratante

22.1.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

22.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste termo.

22.1.3. Verificar se o objeto da contratação está em conformidade com o solicitado no detalhamento contido neste termo de referência.

22.1.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada por ocasião da presente contratação, tomando as providências necessárias para as devidas correções decorrentes de erros e falhas.

22.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.

22.1.6. Aplicar as sanções que couberem às inadimplências do Contratado, depois de garantir a ampla defesa e o contraditório.

22.2. Da Contratada

22.2.1. Executar os serviços relativos ao objeto em conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência, observando as normas constantes deste instrumento e em consonância com a proposta de preços;

22.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 22.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- 22.2.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- 22.2.5. Apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações.
- 22.2.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros quando da execução do contrato;
- 22.2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 22.2.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 22.2.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo FISCAL DE CONTRATO, atendendo de imediato as reclamações;
- 22.2.10. Fornecer, na forma solicitada pelo FISCAL DE CONTRATO, Relatório de Atividades realizadas.
- 22.2.11. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários.
- 22.2.12. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, cumprindo os prazos estabelecidos em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações do FISCAL DE CONTRATO, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem fornecidos.

23. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 23.1. Não será exigida Garantia Contratual, uma vez que o objeto da presente licitação não apresenta grande complexidade.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 24.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela Contratada, à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.
- 24.2. Em atendimento ao § 4º do Art. 74 da 14.133/2021, nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexistência.
- 24.3. Trata-se de serviços que caracteriza-se pela entrega de produtos específicos, cujas especificações técnicas e quantitativas são bem definidas. A subcontratação, que é geralmente aplicada a serviços complexos ou que exigem especialização técnica, não se justifica para aquisições que podem ser adquiridos diretamente dos fornecedores, sem a necessidade de intermediários.
- 24.4. Diante do exposto, fica vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da CONTRATADA.

25. DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 25.1. A entrega dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE mediante servidor especialmente designado para esse fim, nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.2. A Gestão e Fiscalização do Contrato deverá ser realizado de forma preventiva, rotineira e sistemática, nos moldes da Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.3. A verificação da entrega do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 25.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 25.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios, redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 25.6. A empresa vencedora responsabilizar-se-á pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor.
- 25.7. O DETRAN/RO nomeará comissão para acompanhamento e fiscalização do contrato resultante da presente contratação, os quais deverão registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas e terão poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA, objetivando sua imediata correção.
- 25.8. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo informações, proporcionando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela comissão de fiscalização e/ou coordenação do evento.

26. DO PAGAMENTO

- 26.1. O pagamento, decorrente da realização dos serviços constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do aceite definitivo dos mesmos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente para recebimento, conforme dispõe o art. 190, do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e alterações.
- 26.2. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruídas Conforme disposto no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024 e apresentadas na Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento (COFAP/EPTRAN) do DETRAN/RO. Devendo ser observada a possibilidade de que eventuais débitos com a Fazenda Estadual sejam objeto de compensação de crédito, nos termos estabelecidos no § 3º, do art. 188 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.
- 26.3. As Notas Fiscais/Faturas eletrônica, deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas a CONTRATANTE para certificação, devendo conter no corpo a descrição do objeto, o número do contrato, valor, período da prestação de serviços ou do fornecimento e o número da conta bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.
- 26.4. Das Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, consoante as legislações e instruções normativas vigentes.
- 26.5. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 26.6. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.
- 26.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 26.8. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas, no termos do art. 188 do decreto supra mencionado.
- 26.9. A administração efetuará retenção na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA, elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, consoante as legislações e instruções normativas vigentes, quando legalmente exigidos.
- 26.10. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a Administração CONTRATANTE reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos art. 162 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.
- 26.11. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração CONTRATANTE, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, que estabelece que o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

N = Número de dias entre a data prevista e o efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

26.12. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

26.13. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

26.14. Qualquer atraso ocorrido, por parte da Contratada, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

26.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVA

27.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, Inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, da Lei n.º 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

27.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

27.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no CAGEFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.

27.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

27.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

27.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

27.7. A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

27.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

27.9. Aos adjudicatários que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas no artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais cominações legais, com observância ao devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.**

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

27.10. As sanções serão aplicadas, **NO QUE COUBER**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

27.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.

27.12. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo 1% e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

TABELA DE ÍNDICES DE MULTAS MORATÓRIA/COMPENSATÓRIA		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA
01	Dar causa à inexecução parcial do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
02	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	1% por dia Até o limite de 30%
03	Dar causa à inexecução total do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
04	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	1% por dia Até o limite de 30%
05	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
06	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	1% por dia Até o limite de 30%
07	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	1% por dia Até o limite de 30%
08	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
09	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	1% por dia Até o limite de 30%
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	1% por dia Até o limite de 30%
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	1% por dia Até o limite de 30%
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	1% por dia Até o limite de 30%

- 27.13. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 27.14. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do Contrato, o que ensejará a rescisão contratual.
- 27.15. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 27.16. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.
- 27.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 27.18. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas estaduais.
- 27.19. Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente da licitação:
- 27.20. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 27.21. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- 27.22. Demonstrem não possuir inidoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 27.23. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, a desobrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 28. APLICAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**
- 28.1. É de responsabilidade integral da CONTRATADA o cumprimento de toda a legislação ambiental aplicável às atividades de manutenção, inclusive no que tange à prevenção da poluição, ao manuseio, transporte e destinação final de resíduos gerados em razão da execução dos serviços. 2.2. A CONTRATADA deverá observar e cumprir as Instruções Normativas, Decretos, normas técnicas e demais legislações vigentes pertinentes à prestação dos serviços, incluindo, mas não se limitando a, normas de segurança do trabalho, transporte de resíduos perigosos e normas ambientais federais, estaduais e municipais. 2.3. A CONTRATADA deverá apresentar, quando exigido, licenças, autorizações ou comprovantes de regularidade ambiental e de transporte de resíduos, bem como notas fiscais e comprovantes de destinação final ambientalmente adequada.
- 28.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, observando as diretrizes do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos aplicáveis.
- 28.3. Aplica-se, no que couber, o Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável e demais normas correlatas, bem como as orientações previstas na Instrução Normativa SLTI/IMPOG nº 01/2010 e no Decreto Estadual nº 21.264/2016.
- 28.4. A CONTRATADA deverá apresentar e executar Plano de Gestão de Resíduos específico para as atividades de manutenção, contemplando: identificação dos resíduos gerados (incluindo baterias, componentes eletrônicos, óleos e materiais contaminados), procedimentos de segregação, acondicionamento, transporte e destinação final por empresas licenciadas e certificadas no Brasil.
- 28.5. Sempre que tecnicamente viável e seguro, a CONTRATADA deverá priorizar práticas de economia circular (recondicionamento, retrofit, reaproveitamento de componentes e recuperação de materiais), desde que precedidas de laudo técnico que comprove a segurança e a conformidade com normas aplicáveis. 4.3. A destinação final de baterias e outros resíduos perigosos deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e regulamentação correlata, bem como o Decreto nº 10.936/2022, quando aplicável.
- 28.6. Na hipótese de fornecimento eventual de peças ou materiais como atividade acessória do serviço, a CONTRATADA deverá priorizar componentes com origem nacional sempre que atenderem aos requisitos técnicos e de prazo, e comprovar a origem por meio de documentação fiscal e declaração do fabricante/distribuidor. 5.2. Quando aplicável, as peças substitutas deverão atender a normas técnicas e critérios de eficiência energética reconhecidos, e a CONTRATADA deverá apresentar certificações ou declarações técnicas que atestem conformidade.
- 28.7. A CONTRATADA deverá aplicar, quando pertinente, as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) relativas ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, bem como demais normas técnicas aplicáveis à segurança e à manutenção de Data Centers. 6.2. A utilização de materiais e insumos deverá observar critérios de segurança, durabilidade e compatibilidade técnica com os equipamentos mantidos.
- 28.8. A CONTRATADA deverá orientar e capacitar seus empregados e subcontratados para colaborar com programas de separação e coleta seletiva de resíduos, utilizando recipientes identificados por cores conforme padrões nacionais e internacionais e em conformidade com a legislação aplicável. 7.2. A CONTRATADA deverá comprovar a realização de treinamentos periódicos e manter registros de participação e conteúdo ministrado.
- 28.9. A CONTRATADA deverá, sempre que possível, priorizar a contratação de mão de obra local e subcontratação de micro e pequenas empresas regionais para atividades compatíveis com o objeto contratual, contribuindo para o desenvolvimento econômico local. 8.2. Serão valorizadas, na avaliação técnica, propostas que demonstrem conteúdo nacional relevante nas atividades de execução do serviço e que apresentem plano de transferência de conhecimento e capacitação para a equipe técnica do DETRAN-RO.
- 28.10. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo estipulado em contrato, os seguintes documentos: plano de gestão de resíduos, comprovantes de destinação final, laudos técnicos de retrofit (quando aplicados), certificados ambientais e relatórios periódicos de execução com indicadores de sustentabilidade. 9.2. Indicadores mínimos a serem informados semestralmente: quantidade de resíduos encaminhados para reciclagem (kg), número de componentes recondicionados/aproveitados, percentual de mão de obra local empregada, número de técnicos capacitados e evidências de destinação final de resíduos perigosos.
- 28.11. O DETRAN-RO terá direito de fiscalizar e auditar, a qualquer tempo, o cumprimento das obrigações ambientais e de sustentabilidade previstas neste item, mediante solicitação de documentos e inspeção in loco. 10.2. O descumprimento das obrigações previstas implicará aplicação das sanções contratuais previstas no instrumento, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal cabível. 10.3. Poderão ser previstas cláusulas de incentivo (bônus técnico ou pontuação adicional em aditivos) para desempenho comprovado superior nas metas de sustentabilidade e conteúdo nacional.
- 28.12. Inserir no contrato cláusula específica com redação similar à seguinte: “A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as disposições do item ‘Aplicação de Incentivo ao Desenvolvimento Nacional Sustentável’, apresentando planos, relatórios e comprovações exigidas, responsabilizando-se pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados e pela observância das normas técnicas e legais aplicáveis. O não cumprimento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no contrato.”

29. DOS CASOS OMISSOS

- 29.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto da licitação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

30. CONDIÇÕES GERAIS

- 30.1. CONTRATANTE prestará todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada a respeito deste Termo de Referência.
- 30.2. A empresa vencedora se compromete a cumprir a execução do Contrato de acordo com as normas mais elevadas de competência e integridade ética e profissional.
- 30.3. O cancelamento da Nota de Empenho poderá ocorrer, de pleno direito, caso a contratada não atenda às solicitações de início da execução nos prazos estipulados, ou realize a prestações do serviço em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

- 30.3.1. Configurada a hipótese acima, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para executar o serviço em iguais condições às da proposta do primeiro classificado, nos termos da legislação vigente.
- 30.3.2. Alternativamente, a Administração poderá proceder ao cancelamento da contratação caso a finalidade pública seja prejudicada em razão do cronograma ou da evolução tecnológica da solução pretendida.
- 30.4. Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste acordo ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.
- 30.5. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer solidariedade por parte do DETRAN/RO, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil relativas às pessoas por ela utilizadas na prestação dos serviços durante o período de garantia.
- 30.6. Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no Art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.
- 30.7. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 30.8. A resolução de situações omissas que se façam necessários para a eficiente e perfeita execução do contrato poderão ser solicitadas à contratada, ainda que não previstas expressamente no presente Termo de Referência, garantida a respectiva remuneração e a manutenção do equilíbrio contratual.
- 30.9. Não serão aceitas mudanças nas especificações, modelos, versões, etc., sem a prévia autorização do DETRAN/RO.
31. ANEXOS
- 31.1. Estudo Técnico Preliminar (ID 71951501)
- 31.2. Mapa de Risco (ID 0064799646)
- 31.3. ANEXO I - Especificações Técnicas
- 31.4. ANEXO II - Termo de Confidencialidade

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

AUTORIDADE DE T. I. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E REVISÃO DO TR	CONSOLIDAÇÃO
Cleom Rayckard Marques de Almeida Coordenador de T. I. CTI/DETRAN-RO	Carlos Augusto Maltz Jr. Responsável Técnico CTI/DETRAN/RO	Helon Felipe da Silva Sodré Chefe de Divisão da Coordenadoria de T. I. CTI/DETRAN-RO	Taiz Fânia Cid Melo Assessora do Núcleo de Aquisições e Contratações NAC/DETRAN-RO

APROVO
Sandro Ricardo Rocha dos Santos Diretor-Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



ANEXO I

1. Das Especificações Técnicas
- 1.1. Características Gerais do Item
- Os serviços contemplam a sustentação, suporte técnico e manutenção da infraestrutura de Data Center do DETRAN/RO, composta atualmente por 02 (dois) Data Bunkers 44Us TIER4, Modelo: DB44A, e seus respectivos subcomponentes.
- O CONTRATANTE poderá efetuar chamados ilimitados para suporte à **solução contratada** durante o período de vigência da prestação dos serviços. Caso o chamado seja classificado como indevido (inexistência de falha técnica), poderá haver glosa ou cobrança pelas horas técnicas despendidas, conforme regulamento.
- O Suporte deve incluir o apoio técnico fornecido de forma remota, por telefone (local ou 0800) e/ou e-mail, porém deverá ser presencial sempre que não for possível sanar a dúvida, e/ou resolver incidentes ou problemas remotamente.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar canais de acesso, credenciados, aos serviços de Suporte Técnico, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano, inclusive nos feriados.
- O suporte deverá ser prestado por técnicos devidamente habilitados e credenciados pela CONTRATADA.
- A CONTRATADA deve manter cadastro das pessoas indicadas pelo CONTRATANTE que poderão efetuar abertura e autorizar o fechamento de chamados para apoio técnico;
- A CONTRATADA deverá empenhar todos os esforços para restabelecer o pleno funcionamento da infraestrutura no menor prazo possível. A priorização dos atendimentos seguirá os níveis de severidade abaixo:

SINTOMA x IMPACTO	SEVERIDADE
Defeito que provoque ou possa provocar a indisponibilidade total ou parcial da solução, exigindo intervenção imediata.	EMERGENCIAL
Falha que provoque perda de performance com alto risco de indisponibilidade iminente.	URGENTE
Falha que limite o funcionamento de parte da solução, sem risco imediato de interrupção total.	IMPORTANTE
Dúvidas técnicas, auxílio em configurações, ajustes e diagnósticos de rotina.	REGULAR

O suporte presencial pela CONTRATADA deverá atender as necessidades de suporte do CONTRATANTE "on-site", ou seja, no local de instalação do equipamento. O suporte presencial deverá ser acionado sempre que o suporte remoto não puder sanar a dúvida ou problema, requerendo, portanto, a presença de técnicos especializados no local do CONTRATANTE.

O suporte deve seguir os prazos definidos na tabela abaixo, em horas úteis, conforme o grau de severidade.

SEVERIDADE	INICIADO em até	FINALIZADOS Em até
------------	-----------------	--------------------

EMERGENCIAL	02 horas	08 horas
URGENTE	04 horas	12 horas
IMPORTANTE	16 horas	48 horas
REGULAR	24 horas	120 horas

Para atendimento aos prazos supracitados, acrescido da experiência de uso deste tipo de equipamento e com os subcomponentes que mais apresentam falhas com uso e desgaste natural, a **Contratada deverá possuir em sua estratégia de Estoque os subcomponentes suficientes para trocas/reparos de forma a atender os prazos contidos neste documento.**

Acima de 30% de descumprimento dos prazos de suporte acima definidos, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem qualquer prejuízo ao CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá sofrer as penalidades previstas em lei.

Não serão considerados para efeito de contagem do prazo de suporte e penalidades, os casos em que houver restrições de acesso aos ambientes ou outros recursos do CONTRATANTE.

Os prazos de garantia iniciam-se apenas na efetiva data de recebimento do equipamento pela contratante e instalados.

A garantia técnica deve compreender todos os procedimentos para manter a infraestrutura em perfeito estado de funcionamento, incluindo a **substituição de peças, ajustes e reparos on-site sem ônus ao CONTRATANTE**, abrangendo inclusive falhas decorrentes de desgaste natural e tempo de uso, conforme a natureza do serviço de manutenção integral contratado.

Na impossibilidade de reparo imediato do componente, a CONTRATADA deverá:

- I - Realizar o reparo ou substituição do componente por outro de especificação técnica idêntica ou superior;
- II - Disponibilizar infraestrutura de contingência (ativos reserva) de sua propriedade para garantir a continuidade do serviço até a normalização definitiva da solução.

Na impossibilidade de reparar ou repor o equipamento ou componente, a CONTRATADA deverá colocar um equipamento reserva de sua propriedade, de tipo, marca, modelo e configuração igual ou superior ao equipamento defeituoso, devendo o mesmo permanecer instalado até que a CONTRATADA providencie a substituição pelo equipamento definitivo.

Todos os custos de logística, envio e instalação de componentes necessários à prestação dos serviços correm por conta exclusiva da CONTRATADA.

A substituição do equipamento reserva pelo original deverá ser previamente agendada para evitar prejuízos às atividades desempenhadas nas unidades do CONTRATANTE.

Caso sejam necessárias soluções de contorno temporárias, estas deverão ser formalmente aprovadas pelo CONTRATANTE, com exposição detalhada de riscos.

A garantia de serviço deve cobrir todos os componentes da solução (gabinetes, refrigeração, combate a incêndio, elétrica, baterias, controle de acesso, CFTV, etc.) e englobar atualizações de *firmware* e segurança durante toda a vigência contratual.

A garantia deverá ser inclusa e integrante dos preços ofertados, não podendo ser estipulada separadamente.

A garantia deve ser válida no Brasil.

Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, durante todo o período de garantia, as despesas relativas ao deslocamento dos técnicos às instalações do CONTRATANTE, pela retirada e entrega dos equipamentos, assim como as despesas de transporte, hospedagem, frete e seguro correspondentes.

1.2. **Manutenção Corretiva**

A manutenção corretiva consiste no conjunto de intervenções técnicas para restabelecer o funcionamento regular da infraestrutura. Deve abranger todos os acessórios, insumos e custos diretos ou indiretos necessários para a resolução de incidentes originados de falhas técnicas, desgaste ou obsolescência, garantindo a integridade do sistema durante o período de prestação do serviço.

Todos serviços de manutenção corretiva são todos aqueles necessários para o restabelecimento do pleno funcionamento do equipamento, incluindo substituição integral de todas as partes e peças mecânicas, elétricas e eletrônicas defeituosas, incluindo todos os materiais a serem utilizados nos procedimentos de correção.

É a intervenção não planejada para corrigir falha ou defeito de um equipamento ou subsistema, envolvendo o atendimento e verificações em campo para o restabelecimento de seu funcionamento no menor tempo possível. Este procedimento deve incluir o fornecimento de peças.

O regime de trabalho para a Manutenção Corretiva deve ser 24 (vinte e quatro) horas por dia por 7 dias úteis por semana durante o ano vigente.

Para iniciar o atendimento a contratante procederá a abertura de chamados técnicos junto aos Canais de atendimento disponibilizados como telefone local ou 0800 e atendimento eletrônico via e-mail, após a identificação e/ou ocorrência de alarmes, falhas ou defeitos que afetem a operação dos 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A.

1.3. **A seguir os critérios de Nível de Serviço mínimos do atendimento**

DESCRITIVO DOS NÍVEIS DE ATENDIMENTO – SLA			
Severidade	Prazo de Atendimento		Prazo de Resolução
Regular	Em até 24h para início de Atendimento Presencial a partir da Abertura do Chamado		Em até 120 horas após verificação
Importante	Em até 16h para início de Atendimento Presencial a partir da Abertura do Chamado	Solução de Contorno	Em até 24 horas (corridas)
		Solução Definitiva	Em até 02 dias úteis
Urgente	Em até 04h úteis para início de Atendimento Presencial a partir da Abertura do Chamado	Solução de Contorno	Em até 08 horas (corridas)
		Solução Definitiva	Em até 12 horas (corridas)
Emergencial	Em até 02h úteis para início de Atendimento Presencial a partir da Abertura do Chamado	Solução de Contorno	Em até 04 horas (corridas)
		Solução Definitiva	Em até 08 horas (corridas)

Este procedimento inclui o fornecimento de peças e mão de obra para substituição, incluindo todos os materiais a serem utilizados nos procedimentos de correção.

Neste caso, o tempo de solução dos chamados poderão sofrer paralisação na contagem e o tempo terá sua contagem retomada quando as peças, partes ou materiais forem disponibilizados para o atendimento local. O prazo de fornecimento para aplicação ficará sujeito à disponibilidade de estoque do fabricante que será envolvido.

Entendidos como um acordo formal entre a CONTRATADA e o DETRAN-RO para cada serviço, os ANS (Acordos de Nível de Serviço) definem o nível de comprometimento acordado para o desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA.

As métricas previstas para os ANS foram definidas de forma a servir de insumo para o processo de manutenção da qualidade e aperfeiçoamento do serviço prestado. Estas métricas deverão ser apuradas quando realizadas os chamados.

O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com relação à execução dos serviços no prazo e à entrega dos produtos com qualidade, especificados nos documentos que compõem o contrato, garantida a prévia defesa, sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas em lei.

Mesmo com as penalidades impostas, a CONTRATADA não se exime da responsabilidade de:

Executar o serviço até o seu final;

1.4. **Manutenção Preventiva**

É uma intervenção planejada, ou seja, prevista, preparada e programada em datas previamente definidas normalmente consideradas para o períodos definidos.

O plano de manutenção iniciará a partir do 01º mês, com previsão visitas anuais para a realização das atividades conforme descrito no quadro abaixo intitulado “Check List de Atividades e Periodicidade”.

Também se caracteriza pelo conjunto de serviços de inspeções sistemáticas, ajustes, conservação e eliminação de possíveis defeitos, visando a evitar falhas, minimizar desgastes, preservação da vida útil e aumento da confiabilidade.

Para os serviços de manutenção preventiva o regime de trabalho serão em horários atípicos, respeitando os cronogramas internos, podendo ser no período noturno (22:00 às 06:00) e em finais de semana/feriado, dado o impacto nos serviços, devendo serem estabelecidas entre ambas as partes.

A Manutenção Preventiva/Preditiva deverá feita por meio de visitas periódicas, seguindo o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), Cronograma e Check List de atividades a serem apresentados na Reunião de Kick Off da Implantação do Contrato.

Em cada evento e/ou mês de competência, deverá ser elaborado um RAT (Relatório de Atendimento Técnico) juntamente com o RMP (Roteiro de Manutenção Preventiva) que deverá ser entregue ao Gestor do Contrato.

No decorrer do atendimento sendo identificada a necessidade de substituição de partes, peças ou acessórios, estes materiais deverão ser informados em quantidade, marca e modelo ao Contratante, devendo ser apresentado um orçamento submetido a sua aprovação para a aquisição e substituição de peças.

Neste caso, o tempo de solução dos chamados poderão sofrer paralisação na contagem e o tempo terá sua contagem retomada no momento em que as peças, partes ou materiais forem disponibilizados para o atendimento local e entregues à equipe da Contratada. O prazo de fornecimento para aplicação ficará sujeito à disponibilidade de estoque do fabricante que será envolvido.

Checklist de atividades e Periodicidade		
Sub-Sistema	Atividades	Visitas
ARQUITETURA		
Gabinete	Inspeção do estado geral de sua estrutura	01 Visita na Assinatura + 01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Limpeza interna	
	Alinhamento e nivelamento se necessário	
Blindagem	Verificação de sua integridade	
Porta	Inspeção do estado geral e funcionamento	
	Verificação de vedações e substituição se necessário	
	Lubrificação e ajustes	
ELÉTRICA		
Quadro	Medições de tensão e corrente	01 Visita na Assinatura + 01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Limpeza interna	
	Reaperto das conexões	
CLIMATIZAÇÃO		
Ar Condicionado de Precisão	Verificação do filtro de ar	01 Visita na Assinatura + 01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Limpeza do filtro de ar	
	Verificação da pressão do gás	
	Verificação do nível de óleo do compressor	
	Verificação das conexões elétricas	
	Limpeza da serpentina	
	Lubrificação e ajustes	
Inspeção do estado geral e funcionamento		
	Sistema de emergência	
COMBATE A INCÊNDIO		
Combate a incêndio	Verificação de funcionamento	01 Visita na Assinatura + 01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Reaperto dos fechos	
SISTEMAS DE SEGURANÇA		
Controle de Acesso	Verificação de funcionamento	01 Visita na Assinatura + 01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
	Reaperto dos fechos	
CFTV	Teste de comunicação	
	Limpeza da lente e conexões	
MONITORAMENTO AMBIENTAL		
Modulo de Aquisição	Verificação geral do sistema e parâmetros	01 Visita na Assinatura + 01 Visita no término do 4º (quarto) mês de execução
Sensores	Teste de funcionamento	

ANEXO II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo, bem como a não divulgar a terceiros sob qualquer forma, ou usar para outras finalidades que não sejam para os fins objeto deste Contrato, as informações intercambiadas com o DETRAN-RO, doravante denominadas de “Informações Confidenciais”, exceto naquilo que for parte da interface com Empresas, Entidades, Instituições ou Órgãos Oficiais de Controle, que devam ser de algum modo consultados, acionados ou atendidos.

1. A disponibilização das Informações Confidenciais, quando requeridas por autoridades judiciárias ou por qualquer outra autoridade competente, ou quando estas advierem de conhecimento público, não caracterizará infringência ao dever da confidencialidade.

2. A obrigação de não revelar as Informações Confidenciais a terceiros estende-se aos empregados e demais pessoas, físicas ou jurídicas, que mantenham relação comercial, trabalhista, ou qualquer outro tipo de relação com a **CONTRATADA**, cabendo a esta zelar pelo cumprimento desta obrigação.

Responsável pela Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Taiz Fania Cid dMelo, Assessor(a)**, em 07/05/2026, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEOM RAYCKARD MARQUES DE ALMEIDA, Coordenador(a)**, em 07/05/2026, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helon Felipe da Silva Sodré, Chefe de Unidade**, em 07/05/2026, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral**, em 12/05/2026, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71953447** e o código CRC **72FDC04F**.

QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS DE MERCADO
PROCESSO N.º 0010.020100/2025-08

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP ¹	QUANT. DEST. COTA ME/EPP (25%) ²	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÉDIO	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP	QUANT. DEST. COTA ME/EPP (25%)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA	SUBTOTAL GERAL
1	Serviço de Suporte, Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva em Regime 24x7 para 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A	Mês	6	Não Aplicável	Não Aplicável	1	R\$ 14.098,89	R\$ 10.582,30	R\$ 13.800,00	R\$ 15.320,95	R\$ 16.818,03	R\$ 10.582,30	R\$ 14.124,03	-	-	R\$ 14.124,03	R\$ 84.744,18
VALOR TOTAL																	R\$ 84.744,18

VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP:	R\$ 0,00
VALOR TOTAL COTA EXCLUSIVO ME/EPP:	R\$ 0,00
VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA	R\$ 14.124,03
TOTAL GERAL (AMPLA CONC. + EXCLUS. ME-EPP + COTA EXCLUS. ME-EPP)	R\$ 84.744,18

Nota Explicativa:

- 1) ¹ Em atendimento ao Art. 48º, I - LC 123/2006
- 2) ² Em atendimetno ao Art 48º, III - LC 123/2006 e Decreto Estadual 21.675/2017

Fontes de Pesquisa

- 1 MUNICIPIO DE DOURADOS / 1 - MUNICIPIO DE DOURADOS
- 2 MUNICIPIO DE ARACATUBA / 2 - Prefeitura Municipal de Araçatuba
- 3 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA_E SEGURANÇA PÚBLICA | Departamento de PolíciaRodoviária Federal
- 4 MUNICIPIO DE SANTA ROSA / 11006 - SMDETT - DEPTO DE TECNOLOGIASDA INFORMAÇÃO - TI
- 5 D2 ENGENHEIROS E ASSOCIADOS

Ao Presidente da CPLMS:

Após realizada pesquisa de preços, apresento o quadro demonstrativo tendo como base a média praticada no mercado.

PORTO VELHO 20/02/2026



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
 Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

ADENDO

ANEXO III DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90010/2026

MODELO DE CARTA PROPOSTA

Ao

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO

Rua Dr. José Adelino, 4477 - Bairro: Costa e Silva – PORTO VELHO/RO

FONE/FAX: (69) 3217-2974

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90010/2026 – PROCESSO N.º 0010.020100/2025-08– TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – DATA DA ABERTURA:

Senhor Pregoeiro, após cuidadoso exame e estudo do Edital em referência, (anexos e apensos), com os quais concordamos, vimos apresentar Proposta, em conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

Objeto: Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A do DataCenter, para atendimento as necessidades Técnico-administrativas deste DETRAN/RO, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviço de Suporte, Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva em Regime 24x7 para 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A	Mês	06		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA FIXO E IRREAJUSTÁVEL, PARA O ITEM ____ R\$ (.....).

1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias

2. FRETE: CIF Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como transporte, impostos, seguros, fretes, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

NOME DA EMPRESA

.....
ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA



Documento assinado eletronicamente por **Israel da Silva Sousa, Pregoeiro(a)**, em 09/03/2026, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69892463** e o código CRC **F34F8593**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.020100/2025-08

SEI nº 69892463



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

ADENDO

ANEXO IV DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90010/2026

(MODELO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL)

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90010/2026/DETRAN/RO

A empresa apresenta, a seguir, os dados de:
(Nome completo da empresa)
seu (s) representante (s) legal (is) :

NOME(S):
CARGO(S):
NACIONALIDADE(S): ESTADO CIVIL:
PROFISSÃO: RG: CPF:
RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa:

RAZÃO SOCIAL:

C.N.P.J. Nº FONE: FAX:
ENDEREÇO COMERCIAL:
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua/Av.: N.º:
Município: Estado: CEP:
Conta Corrente: Cód. Agência: Banco:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Porto Velho-RO,de de 2026.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

OBS. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais.

OBS. 2: Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante.



Documento assinado eletronicamente por **Israel da Silva Sousa, Pregoeiro(a)**, em 09/03/2026, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69892492** e o código CRC **0BC98DFF**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0010.020100/2025-08

SEI nº 69892492



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Núcleo de Aquisições e Contratações - DETRAN-NAC

MAPA DE RISCO

1. IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO

UNIDADES ADMINISTRATIVA: Coordenadoria de Tecnologia da Informação - DETRAN-CT

UNIDADES SOLICITANTES: Gerência de Rede de Dados - DETRAN-GERDAD

2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. A presente Análise tem por objetivo identificar os riscos envolvidos no processo de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de 02 Micro DataCenters (Data Bunkers) do DataCenter, para atendimento as necessidades Técnico-administrativas deste DETRAN/RO.

2.2. Considerando o Decreto 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as Contratações Públicas no Âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Rondônia, fundamentado nos arts. 30, Inciso V, 36 e 37 que prevê:

Art. 30.A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento, devendo compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, observando as seguintes etapas:

[...]

V - elaboração do mapa de riscos e matriz de riscos, conforme o caso;

[...]

Art. 36.O mapa de riscos é o documento que materializa a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual e propõe controles capazes de mitigar as possibilidades ou os efeitos da sua ocorrência.

2.3. Ademais, considerando § 3º do Art. 40 do referido Decreto, a identificação dos riscos, foram analisadas conforme a Portaria nº 217, de 08 de dezembro de 2021 (0022698556), que estabelece a **Metodologia de Gestão de Risco no Âmbito do Poder Executivo Estadual**, sendo elaborado o presente Mapa de Riscos e Matriz de Riscos.

3. IDENTIFICAÇÃO DO RISCO

- 3.1. Risco de especificação inadequada e insuficiente do objeto;
- 3.2. Risco de seleção de proposta inadequada;
- 3.3. Risco de não haver disponibilidade orçamentária;
- 3.4. Risco de aumento dos custos de serviço;
- 3.5. Risco de qualidade inferior dos produtos e serviços;
- 3.6. Atraso na entrega.

4. ESCALA DE PROBABILIDADE

Frequência	Significado
Raríssima	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.
Rara	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Eventual	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
Frequente	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.

5. ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS

Impacto	Significado
Irrelevante	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).
Pouco relevante	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.
Relevante	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação.
Muito relevante	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.

6. ESCALA DO NÍVEL DE RISCO

Tabela de Avaliação de Risco (Matriz de Probabilidade e Impacto)

Impacto	Probabilidade			
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
Muito Relevante	🟡 Médio	🟠 Alto	🔴 Extremo	🔴 Extremo
Relevante	🟢 Baixo	🟡 Médio	🟠 Alto	🔴 Extremo
Pouco relevante	⬜ Insignificante	🟢 Baixo	🟡 Médio	🟠 Alto
Irrelevante	⬜ Insignificante	⬜ Insignificante	🟢 Baixo	🟡 Médio

Legenda de Cores:
⬜ Insignificante 🟢 Baixo 🟡 Médio 🟠 Alto 🔴 Extremo

7. CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO

ITEM	RISCOS	CAUSA DO RISCO	ÁREA	IMPACTO	PROBABILIDADE	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS MITIGATÓRIAS	RESPONSÁVEL
R 01	Falha na prestação contínua do serviço	Ausência de equipe técnica em regime 24x7	Técnica/Operacional	Muito relevante	Eventual	Alto	Exigir comprovação de equipe dedicada e plano de atendimento contínuo no TR; cláusulas contratuais com penalidades	Contratada/Contatante
R 02	Interrupção dos serviços por falência ou abandono da contratada	Fragilidade financeira da empresa contratada	Administrativa	Relevante	Eventual	Alto	Solicitar certidões financeiras e atestados de capacidade técnica; prever cláusulas de rescisão e substituição	Contratada
R 03	Incompatibilidade técnica das peças utilizadas	Uso de componentes não homologados pelo fabricante	Técnica	Muito relevante	Rara	Alto	Exigir peças originais ou homologadas; validação técnica prévia das substituições	Contratada
R 04	Atraso na execução das manutenções corretivas	Falta de controle de chamados e SLA mal definido	Operacional	Relevante	Frequente	Alto	Definir SLA claro no contrato; implementar sistema de registro e acompanhamento de chamados	Contratada/Contatante
R 05	Deficiência na manutenção preventiva	Ausência de cronograma técnico e inspeções regulares	Técnica	Relevante	Eventual	Médio	Estabelecer cronograma obrigatório de manutenção preventiva; exigir relatórios periódicos	Contratada
R 06	Risco de especificação inadequada no Termo de Referência	Falta de detalhamento técnico dos serviços e requisitos	Planejamento	Pouco relevante	Rara	Baixo	Revisão técnica e jurídica do TR; participação de especialistas na elaboração	Contatante
R 07	Risco de sobrepreço ou custos adicionais	Falta de pesquisa de mercado ou escopo mal definido	Financeira	Relevante	Rara	Médio	Realizar levantamento de mercado com cenários comparativos; definir escopo técnico preciso	Contatante
R 08	Risco de não conformidade com normas de segurança	Empresa contratada não segue padrões TIER4	Técnica	Muito relevante	Rara	Alto	Exigir comprovação de conformidade com normas TIER4; auditoria técnica periódica	Contratada
R 09	Risco de indisponibilidade dos DataCenters	Falha na execução dos serviços ou ausência de redundância	Operacional	Muito relevante	Eventual	Alto	Monitoramento contínuo; plano de contingência e redundância operacional	Contratada/Contatante
R 10	Licitação com pouca concorrência, deserta ou fracassada	Falhas na fase interna do processo licitatório; exigências excessivas ou mal definidas	Seleção de fornecedor	Relevante	Rara	Médio	a) Estimar preços adequadamente; b) Elaborar especificações compatíveis com o mercado; c) Reavaliar exigências para garantir razoabilidade.	Contatante
R 11	Atraso na homologação da licitação	Impugnações, recursos e esclarecimentos decorrentes de falhas no TR ou participação de empresas não qualificadas	Seleção de fornecedor	Relevante	Eventual	Alto	a) Analisar recursos e impugnações com celeridade; b) Definir prazos razoáveis para resposta; c) Priorizar pareceres técnicos.	Contatante

8. CONCLUSÃO

8.1. Ressalta-se a importância de identificar e avaliar os riscos associados à Serviço de Suporte, Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva em Regime 24x7 para 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A, mesmo que pareça simples, envolve diversos riscos que precisam ser gerenciados de forma adequada para garantir o sucesso do evento junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RO.






Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

AUTORIDADE DE T. I. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP	CONSOLIDAÇÃO
Cleom Rayckard Marques de Almeida	Carlos Augusto Maltz Jr.	Taiz Fânia Cid Melo

Coordenador de T. I. CTI/DETRAN-RO	Responsável Técnico CTI/DETRAN/RO	Assessora do Núcleo de Aquisições e Contratações NAC/DETRAN-RO
---------------------------------------	--------------------------------------	---

APROVO
Sandro Ricardo Rocha dos Santos Diretor-Geral DETRAN-DIRGERAL DOE/RO n. 107 de 13/06/2024



	Documento assinado eletronicamente por Carlos Augusto Antunes Malty Junior, Membro , em 05/02/2026, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017 .
	Documento assinado eletronicamente por Taiz Fania Cid dMelo, Assessor(a) , em 05/02/2026, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017 .
	Documento assinado eletronicamente por CLEOM RAYCKARD MARQUES DE ALMEIDA, Coordenador(a) , em 05/02/2026, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017 .
	Documento assinado eletronicamente por Sandro Ricardo Rocha Dos Santos, Diretor(a) Geral , em 25/02/2026, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017 .
	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI , informando o código verificador 0064799646 e o código CRC B57ACE93 .



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - DETRAN-CPLMS

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO que celebram entre si o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO**, e de outro, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para fins que especificam.

O **Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.883.796/0001-45, com sede à Rua Dr. José Adelino, n.º 4.477, bairro Costa e Silva, nesta capital do Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. XXXXXXXXXX, brasileiro, XXXXXX, portador do RG n.º XXXXXX, da SSP/XX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e a Empresa, com sede em....., na....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu, brasileiro, residente e domiciliado em, inscrito no CPF sob o n.º, portador da Carteira de Identidade n.º, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, visando atender as necessidades do DETRAN/RO, proveniente do **Pregão Eletrônico n.º 90010/2026/CPLMS/DETRAN/RO**, que atende ao **Processo Administrativo n.º 0010.020100/2025-08**, proveniente nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, além dos demais dispositivos e legislações aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS

1.1. O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133, além dos demais dispositivos e legislações aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes.

1.2. Independentemente de transcrição, passam a fazer parte deste contrato – e a ele se integram em todas as cláusulas, termos e condições aqui não expressamente alterados – o Instrumento Convocatório e seus anexos, bem como as Propostas e demais elementos apresentados pela CONTRATADA que tenha servido de base para o julgamento do **Pregão Eletrônico n.º 90010/2026/CPLMS/DETRAN/RO**, que atende ao **Processo Administrativo n.º 0010.020100/2025-08**.

1.3. Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação ou divergência entre este **CONTRATO** e os demais documentos mencionados acima ou entre estes últimos, prevalecerá o **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** e depois os referidos documentos na ordem em que estão nomeados.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO: Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de 02 Data Bunkers 44US TIER4, Modelo: DB44A do DataCenter, para atendimento as necessidades Técnico-administrativas do DETRAN/RO., conforme especificações contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO: O serviço será realizado conforme cronograma, prazos e condições estabelecidas no item 9 e subitens do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO: Ficam aquelas definidas no item 10 e subitens do termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL: Não será exigido, conforme item 23 do Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DO OBJETO: Ficam aquelas definidas no item 10 e subitens do termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO: Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO E MAPA DE RISCO: Em atendimento ao artigo 6º, inciso XXVII, da Lei 14.133/2021 ficam listados os possíveis eventos supervenientes a assinatura de contrato no mapa de riscos constante no ID 0064799646.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA: A vigência contratual será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura, conforme subitem 19.14.4.do Termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E PAGAMENTO: O valor desta contratação é de XXXXXXXXXXXXXXX, já estando nele incluídos os custos indiretos sobre a execução do serviço, tais como: tributos, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer despesas resultantes da entrega dos itens propostos, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário e quaisquer outras que forem devidas.

Parágrafo único. As formas e condições de pagamento estão descritas no item 26 do Termo de Referência e seus anexos e a Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXX, endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U.O.: 15020 - **1015 – Gestão Administrativa do Poder Executivo - Ação: 2174 - Modernização do DETRAN - ELEMENTO DE DESPESA: 3390.40 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**, conforme Declaração de Adequação Financeira 69661372.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no item 22.2 do Termo de Referência e seus anexos.

12.1 Cumprimento da exigência de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determina o artigo 92, XVIII da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no item 22.1 do Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA: Os valores das multas aplicáveis estão indicadas no item 27 do Termo de Referência e seus anexos, caso apresente alguma das situações ali previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: Conforme disposto no item 20 do Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO: O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 115, da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

§ 2º A Contratada reconhece os direitos em caso de EXTINÇÃO DOS CONTRATOS administrativa prevista no art. 137, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO: Fica vedada cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência, por parte da CONTRATADA, conforme item 24

do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DOS CASOS OMISSOS: As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO: Fica eleito o Foro da comarca de Porto Velho-RO, sem prejuízo de nenhum outro, por mais privilégios que tenha, para dirimir as dúvidas e questões que possam surgir em decorrência da aplicação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO: Incumbirá à Contratante, providenciar a publicação do resumo deste instrumento, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PGE-DETRAN: Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

Parágrafo único. Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes. Porto Velho-RO, data e hora do sistema.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Jose de Oliveira Monteiro, Pregoeiro(a)**, em 07/05/2026, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71920482** e o código CRC **35486E2A**.